

CPI - Orçamento O GLOBO Depoente se cala sobre disquetes

8 DEZ 1993

BRASÍLIA — PC Farias mostrou ontem que tentará impugnar como prova contra ele os arquivos de um computador apreendidos pela Receita Federal na sua empresa Verax, em São Paulo. Os arquivos, que detalham todo o funcionamento do esquema PC no Governo Collor, são uma das principais provas em poder da Polícia Federal. Ontem, durante seu depoimento, PC se negou a reconhecer o conteúdo dos disquetes.

— O computador não era meu e foi apreendido de forma arbitrária, sem mandado de busca ou auto de apreensão — disse, repetindo o que já falara segunda-feira, ao ser interrogado por membros da CPI na prisão.

Sempre que um parlamentar perguntava sobre os dados dos arquivos, PC se esquivava. Garantiu que sete ministros do STF já desqualificaram os arquivos como provas:

— Gostaria de pedir licença para não responder a nada que diz respeito a estes documentos.

PC também foi confrontado com um detalhado fluxograma apresentado pelo deputado Aloizio Mercadante sobre os fantasmas e os beneficiários do esquema PC, envolvendo, além dele próprio e suas empresas, a Casa da Dinda, parentes do ex-presidente Collor e a ex-ministra da

Economia Zélia Cardoso de Melo. O fluxograma mostra, principalmente, para onde ia o dinheiro operado pelos fantasmas e um quadro com 22 empresas que contribuíram para o esquema PC com cerca de US\$ 7 milhões. Mercadante tentou demonstrar que o pagamento de propinas estava ligado ao Orçamento.

— Não será com este belo quadrinho que vossa excelência me fará falar sobre orçamento — ironizou PC.

— Mas foram com os dados deste quadro que o senhor foi parar no xadrez — devolveu Mercadante.

Mercadante disse que depois de PC receber US\$ 3,2 milhões da construtora Norberto Odebrecht — dinheiro que o depoente insistiu ter sido por conta de serviços de consultoria — o ex-presidente Collor assinou o decreto 99.590, de outubro de 1990, priorizando os financiamentos de exportação para Angola. Com o decreto, a Odebrecht, que tem uma mina de diamantes em Angola, conseguiu mais US\$ 68 milhões para uma hidrelétrica que também constrói no país.

— Nunca pratiquei um ato de corrupção. Nunca recebi um centavo do Tesouro. Vendia minha consultoria e se alguém pagava caro por ela o problema não é meu — disse PC.